



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

SORAYA MENDANHA DOS REIS

**A INTERFERÊNCIA DO REVISOR NA MATÉRIA JORNALÍSTICA:
UM ESTUDO SOBRE AS NOTÍCIAS DA AGÊNCIA SENADO**

Brasília
2013

SORAYA MENDANHA DOS REIS

**A INTERFERÊNCIA DO REVISOR NA MATÉRIA JORNALÍSTICA:
UM ESTUDO SOBRE AS NOTÍCIAS DA AGÊNCIA SENADO**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a Construção / Reconstrução do Significado.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

Brasília
2013

SORAYA MENDANHA DOS REIS

A INTERFERÊNCIA DO REVISOR NA MATÉRIA JORNALÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE AS NOTÍCIAS DA AGÊNCIA SENADO

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto: Gramática, Linguagem e a Construção / Reconstrução do Significado.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho

Brasília, 18 de junho de 2013

Banca Examinadora

Prof^ª. MsC Edineide dos Santos Silva
(membro)

Prof. Dr. Gilson Ciarallo
(membro)

Aos meus queridos pais, José Francisco dos Reis e Divina Evaristo Mendanha dos Reis, pelo amor, pelo carinho, pelos ensinamentos e por serem os principais responsáveis por todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de participar de mais esse desafio.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcus Vinicius Lunguinho, por acolher meu projeto, pela disponibilidade, pela dedicação e pelos ensinamentos.

Aos meus pais, José Francisco dos Reis e Divina Evaristo Mendanha dos Reis, pelos valores que conduziram a minha educação e pelo incentivo que sempre souberam dar aos estudos.

A todos os professores do curso de Pós Graduação em Revisão de Texto do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), que, com suas aulas, colaboraram para que eu tivesse a base teórica necessária para desenvolver este trabalho e, em especial, aos professores Gilson Ciarallo e Edineide dos Santos Silva, membros da banca examinadora, que, por meio de seus questionamentos e sugestões, colaboraram para o aprimoramento do trabalho.

O exercício da profissão do revisor pode ser descrito, perfeitamente, como uma “leitura angustiada”. O seu trabalho é, justamente, evitar que todos os outros seres humanos necessitem fazer essa leitura angustiada.

Sophie Brissaud

RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar qual é o grau de interferência do revisor nas matérias jornalísticas produzidas pela Agência Senado e refletir sobre o papel desse profissional nos dias atuais. Para isso, foi utilizada a revisão bibliográfica associada ao estudo de caso como metodologia. A amostra analisada é composta de dez notícias produzidas pela *Agência Senado* ao longo do mês de junho de 2012. A análise dos dados evidenciou que as alterações vocabulares, os cortes e os acréscimos no texto e a mudança no estilo da construção de frases e de parágrafos estão entre as principais estratégias usadas pelos revisores no processo de revisão de texto. A principal conclusão deste estudo é a de que o revisor possui alto grau de interferência nas matérias e frequentemente realiza alterações que modificam a semântica do texto.

Palavras-chave: Revisor. Gêneros textuais. Jornalismo *online*.

ABSTRACT

The aim of this work is to check what is the degree of interference of the proofreader in the news produced by Agência Senado and to reflect on the role of this professional today. For this, we used the literature review and the case study as methodology. The sample is composed of ten news produced by Agência Senado in the month of June 2012. Data analysis showed that vocabulary changes, cuts and additions to the text and changes in the style of the construction of sentences and paragraphs are the most common strategies used by the proofreaders when they are proofreading a text. The main conclusion of this study is that the proofreader has a high degree of interference in the news and frequently performs modifications that alter the semantics of the text.

Key words: Proofreader. Textual genres. Online journalism.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| 1 O TRABALHO DO REVISOR DE TEXTOS..... | 11 |
| 1.1 Histórico..... | 11 |
| 1.2 A revisão e o revisor de textos..... | 14 |
| 1.2.1 O revisor e os gêneros textuais..... | 18 |
| 1.2.2 Retextualização, reescrita e revisão..... | 20 |
| 2. O JORNALISMO <i>ONLINE</i>..... | 23 |
| 2.1 Definição, histórico e particularidades do jornalismo <i>online</i>..... | 23 |
| 2.2 Características dos textos das mídias digitais..... | 28 |
| 2.3 Os gêneros textuais: notícia e reportagem..... | 31 |
| 2.4 O papel do revisor das mídias eletrônicas..... | 34 |
| 3. ESTUDO DE CASO: A REVISÃO NA AGÊNCIA SENADO..... | 36 |
| 3.1 O estudo de caso como método..... | 36 |
| 3.2 A Agência Senado..... | 38 |
| 3.3 Análise dos dados..... | 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 61 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 63 |

INTRODUÇÃO

A profissão de revisor de textos está diretamente relacionada com o surgimento da impressão de livros, no século XV, os quais – antes do advento da imprensa – eram escritos e reproduzidos à mão. Desde a origem da profissão, o mundo viveu grandes avanços tecnológicos, marcados principalmente pelo surgimento e expansão da internet. A revolução digital exigiu dos revisores uma adaptação ao computador e à rede e permitiu uma especialização da atividade voltada para as mídias digitais.

O presente estudo se propõe a compreender como é feito o trabalho do revisor de texto, principalmente o que atua no meio virtual, e qual é o grau de interferência desse profissional no material que revisa. Para alcançar esse objetivo, será feito um estudo de caso em um corpus constituído por dez notícias produzidas no mês de junho de 2012 pela Agência Senado, órgão voltado fundamentalmente à geração e difusão gratuita de notícias pela internet.

Esperamos demonstrar com este estudo a importância do trabalho de revisão para deixar o texto mais inteligível e atraente ao leitor. Proporemos também uma reflexão sobre quais devem ser os limites do revisor ao interferir em um texto e até que ponto esse profissional não se torna também um coautor do livro ou do material jornalístico modificado por ele.

O presente trabalho está estruturado em 3 capítulos:

No primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico sobre o surgimento do profissional de revisão e traçamos os pré-requisitos necessários para ser um bom revisor.

No segundo capítulo, proporcionamos uma revisão teórica sobre o jornalismo *online*, as características dos textos das mídias digitais e, por fim, traçamos os limites entre os gêneros textuais notícia e reportagem com o foco sempre voltado para as publicações na internet.

No terceiro capítulo, analisaremos e interpretaremos os dados do corpus, o qual se constitui de dez matérias produzidas pela Agência Senado e publicadas no mês de junho do ano de 2012.

Capítulo 1

O TRABALHO DO REVISOR DE TEXTOS

Este capítulo traz um breve histórico sobre o surgimento do profissional de revisão de textos, que está diretamente relacionado com o surgimento da impressão de textos, antes escritos à mão. Depois de situar o leitor acerca do início da profissão, o capítulo apresenta o conceito de revisão e aborda os pré-requisitos necessários para ser um bom revisor. Como último tópico, este capítulo trata das diferenças entre os conceitos de revisão, de retextualização e de reescrita, termos tidos como sinônimos por grande parte da população.

1.1 Histórico

A história da revisão textual está diretamente relacionada com o desenvolvimento da indústria de impressão tipográfica – inventada por Gutenberg – e que permitiu que os livros, até então escritos e reproduzidos à mão, fossem impressos em grande quantidade. Apesar de inovar com a sua nova técnica, Gutenberg não foi pioneiro. No século XI, os chineses desenvolveram tipos móveis de madeira com ideogramas do alfabeto chinês para aplicá-los com tinta sobre o papel, entretanto, a técnica não se firmou devido à grande quantidade de caracteres existentes: os chineses utilizavam cerca de 400 mil ideogramas talhados em madeira.

Inspirado na experiência dos chineses, Johann Gutenberg desenvolveu, no século XV, tipos móveis de metal. A esse respeito, Coelho Neto (2008) afirma que a aceitação do novo método foi instantânea por ser mais barato, rápido e resistente. O autor assim descreve como era feito o processo de impressão:

Letras, números e sinais de pontuação agrupados manualmente em linha formavam palavras e frases, sendo fixados em caixilhos de madeira. Palavras eram separadas por tipos sem relevo, que não imprimiam nada (espaços em branco entre palavras). Montada a página, vinha a tinta sobre o relevo, pressionando os caixilhos sobre o papel. (COELHO NETO, 2008, p. 22).

Em 1455, Gutenberg imprimiu o seu primeiro livro: a Bíblia. Surgia assim a impressão tipográfica e iniciava-se a revolução da produção em série dos textos impressos.

Com a impressão tipográfica de Gutenberg surgiram conflitos entre os impressores e os copistas, que eram as pessoas que reproduziam os textos manualmente. Os copistas, que costumavam usar a pena como instrumento em sua atividade, não tinham vida fácil. Um exemplar da Bíblia, por exemplo, levava até um ano para ser copiado. Além disso, eram constantes as queixas desses profissionais quanto a dores nas costas, nos rins e em relação aos efeitos da atividade de copista para a saúde dos olhos. Tais condições de trabalho tinham duas conseqüências imediatas: encareciam o preço do produto final e faziam com que os copistas deixassem passar erros no produto final.

Com um método primitivo e erros frequentes nos produtos, os copistas já não atendiam a demanda e acusavam os impressores de colaborarem para a perda dos seus bens e de adulterarem os livros. Assim, os impressores começaram a se preocupar com a revisão para, desse modo, adquirirem fama por edições corretas. O

impressor Etienne Dolet, que viveu no século XVI, exaltava tanto a revisão, que pregava suas provas tipográficas na porta da oficina, “dando um prêmio àqueles que nelas descobrissem um pastel” (AREZIO, 1925 *apud* COELHO NETO, 2008, p. 28)¹.

Os impressores liam as primeiras provas antes da impressão para que elas saíssem sem os erros da caixa² ou sem os erros cometidos pelos tipógrafos. A prática constante de corrigir textos a partir de provas de prelo abriram campo para os profissionais encarregados de acompanhar os autores na leitura das provas. Precusores dos atuais revisores de textos, esses profissionais eram conhecidos por sua inteligência e erudição. Segundo Arezio (1925 *apud* COELHO NETO, 2008, p. 26), as constantes divergências religiosas e a falsa interpretação de textos sacros geravam muitas discussões. Por isso, era necessário que os revisores fossem homens de fama intelectual e comprovada erudição para fazerem a correção dos manuscritos antigos de modo que as subsequentes edições saíssem isentas de controvérsias.

No Brasil, a instalação da primeira tipografia foi feita no Rio de Janeiro pelo tipógrafo português Antonio Isidoro da Fonseca, em 1746. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), um dos pioneiros na profissão de revisor no Brasil foi o famoso escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis. Nascido em 21 de junho de 1839, filho de um pintor de paredes e de uma imigrante portuguesa, Machado de Assis atuou na profissão antes de iniciar sua carreira de escritor e jornalista. Autodidata, formado na biblioteca do Real Gabinete Português

¹ O texto de Arezio citado por Coelho Neto (2008) é o seguinte:
AREZIO, Arthur. **Revisão de provas tipográficas**. Bahia: Imprensa Oficial, 1925.

² Os tipos móveis, em relevo, eram ordenados em caixas tipográficas. Os termos “caixa alta” e “caixa baixa” surgiram da organização das caixas tipográficas – as minúsculas ficavam na parte baixa, enquanto as maiúsculas eram guardadas no topo.

de Leitura, no Centro do Rio de Janeiro, seu primeiro emprego foi como aprendiz de tipógrafo, aos 17 anos de idade, começando a escrever durante seu tempo livre.

1.2 A revisão e o revisor de textos

A revisão de texto pode ser entendida como “o conjunto das interferências não autorais no texto visando sua melhoria. Trata-se da reconsideração alheia a um texto original” (ATHAYDE, 2011, p. 11). O profissional responsável por essa tarefa é chamado de revisor de textos. É ele quem vai realizar as mudanças necessárias para conferir clareza e concisão ao material escrito e torná-lo inteligível ao leitor. De acordo com Athayde (2011), as mudanças podem ser feitas nos períodos, nas frases ou nas palavras e ocorrem por meio de deslocamentos, inclusões, inversões ou supressões.

As modificações não podem ficar restritas à ortografia e à gramática. O texto deve ser alterado sempre que houver necessidade de aperfeiçoamento do produto final para uma compreensão satisfatória do conteúdo por parte do destinatário. As fontes de consulta (dicionários, gramáticas, manuais de redação entre outros) são sempre o melhor apoio do profissional do texto, independente do material a ser corrigido (projetos, trabalhos acadêmicos, manuais, matérias jornalísticas, livros, folders).

Um bom revisor precisa ter ótimo conhecimento de português já que os livros, jornais, documentos, revistas, textos científicos e didáticos seguem a norma padrão ou norma culta. Segundo Coelho Neto (2008), a norma padrão detém mais prestígio na sociedade do que a norma popular. Enquanto o padrão culto é consagrado como correto pelos falantes que têm alto grau de escolaridade, a norma

popular refere-se às variações linguísticas³ presentes na sociedade e também não pode ser excluída dos conhecimentos do revisor.

O profissional do texto deve cultivar o conhecimento da norma culta por meio da leitura de jornais e de revistas e da atualização constante com as gramáticas normativas e manuais. Ele também precisa ter habilidades específicas e o pleno controle da seleção do tipo e do nível de linguagem adequados para cada texto, pois não se trata apenas de o texto estar certo, mas de estar adaptado ao fim a que se destina. Por fim, o ato de revisar requer prática: é uma atividade que quanto mais é exercida, mais contribui para o aprimoramento do profissional.

Além disso, o profissional do texto precisa compreender efetivamente o que está escrito no material que vai ser revisado. Compreender um texto não equivale a entender as palavras e frases contidas ali. A compreensão exige habilidade, interação e trabalho. Sempre que produzimos algum enunciado, desejamos que ele seja compreendido, mas nunca exercemos total controle sobre o entendimento que nossa enunciação possa vir a ter porque uma ideia pode perder o seu sentido se não for bem expressa. Cabe ao revisor orientar o texto para que a ideia do autor chegue aos leitores de forma interessante e inteligível.

Diferentes indivíduos produzem sentidos diversos a partir do mesmo texto e a compreensão não deve ser considerada definitiva e única. Mesmo variadas, as compreensões de um texto devem ser compatíveis com o que o autor do texto quis transmitir e cabe ao revisor garantir essa compatibilidade sem modificar o estilo do autor. Isso vai exigir do profissional, além do conhecimento linguístico, um conhecimento de mundo, que é aquele armazenado na memória do indivíduo e adquirido ao longo de sua vivência.

³ A língua pode variar de acordo com as condições sociais, culturais e regionais em que é utilizada e essa variabilidade está expressa no modo de falar da cidade, do meio rural e de grupos específicos.

Athayde (2011) explica que existem duas regras básicas em revisão. Primeiramente, a atividade exige alteridade, ou seja, só pode ser obtida por outra pessoa que não tenha tido contato com o texto nas fases anteriores de sua produção. Existem duas dificuldades que impedem o autor de revisar o próprio texto. A primeira refere-se à existência de uma intimidade entre o produtor e o produto, que faz com que o autor do texto o releia de maneira superficial e não consiga detectar os problemas presentes nele. Outra dificuldade existente na releitura feita pelo autor é a sua resistência em modificar o que já foi escrito e, por isso, a interferência de um revisor externo se torna indispensável. Athayde (2011) afirma que raramente os autores fazem mudanças globais no texto, reescrevendo trechos maiores, acrescentando ou tirando ideias e por isso a autorrevisão seria algo utópico.

A autorrevisão na produção textual tem sido geralmente vista como uma utopia, tanto em língua materna como estrangeira. Utopia no sentido que ela não dispensa a revisão, a interferência com distanciamento e com a visão externa que só pode ser propiciada pela alteridade do revisor. (ATHAYDE, 2011, p. 38)

A segunda regra diz respeito à mínima interferência, ou seja, o revisor só pode alterar o que for necessário. Não se pode mudar nada no texto do autor com base em explicações vagas do tipo “acho que assim fica melhor”. Todas as interferências, desde as questões mínimas, como erros de digitação, até as mudanças mais complexas, como as que dizem respeito ao conteúdo do texto, devem ser passíveis de justificativas técnicas por parte do revisor.

Em relação às características de um bom revisor, Athayde (2011) as resume em três:

- 1) possuir uma boa cultura geral para detectar os erros de conteúdo;
- 2) ter uma boa capacidade de concentração para revisar, levando em conta a forma e o conteúdo do texto e
- 3) conhecer as leis e processos da linguística e manter a humildade de sempre consultar outras opiniões.

O Quadro abaixo sintetiza as regras básicas da revisão e as características apontadas por Athayde para ser um bom revisor.

Quadro 1: Regras da revisão e características do revisor necessárias para execução da sua atividade

| A REVISÃO DE TEXTOS E O REVISOR |
|---|
| <p>Regras básicas da revisão</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) <i>Regra da alteridade:</i> o autor não pode ser o revisor do próprio texto. 2) <i>Regra da mínima interferência:</i> cada mudança proposta deve ter a sua necessidade justificada. |
| <p>Características de um bom revisor</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Possuir boa cultura geral. 2) Possuir boa capacidade de concentração. 3) Conhecer as leis e processos da linguística e sempre recorrer às fontes de consulta. |

Fonte: Athayde (2011)

A revisão ideal seria aquela que busca uma interatividade com o autor, propondo sugestões e discutindo aspectos do texto. É fundamental que toda interferência do profissional de revisão, além de justificada, seja apresentada ao autor. Sem esse diálogo entre as duas partes, é provável que as correções sejam

ignoradas ou aceitas passivamente pelos autores, que vão repetir os mesmos erros nos textos seguintes. Com o retorno contínuo, a tendência é que os autores aprendam com os revisores e melhorem a sua produção textual.

Ainda não existem exigências de formação específica para o exercício da profissão de revisor. Antigamente, nas redações de jornais e tipografias, a atividade era exercida por estudantes de Direito, de Filosofia e de outros ramos que exigiam um bom treinamento nos estudos clássicos. Hoje, predominam as pessoas com formação superior em Letras ou em Jornalismo, mas existem profissionais de revisão graduados nas mais diversas áreas e uma das razões para isso é a grande oferta, em diversas regiões do país, de cursos de especialização voltados para a área. No entanto, ainda não há muitas graduações focadas na atividade de revisão. Boa parte dos revisores mais experientes, inclusive os que lecionam nos cursos de especialização, são aqueles que acumularam a erudição necessária e a conciliaram com o conhecimento linguístico.

1.2.1 O revisor e os gêneros textuais

Além da permanente consulta a dicionários e a gramáticas, uma boa revisão pressupõe conhecimento do gênero textual a ser revisado. Bazerman (2005) define os gêneros como formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras e explica que a maioria dos gêneros textuais possuem características com as quais estamos familiarizados e que indicam a espécie de texto que são. Essas características de fácil reconhecimento estão ligadas, frequentemente, às funções principais dos gêneros ou às atividades realizadas por eles. O autor exemplifica apresentando algumas características do texto jornalístico que direcionam a forma como as pessoas os leem:

As manchetes de jornal em letras grandes e negrito que mencionam os acontecimentos mais relevantes são elaboradas para atrair sua atenção, mostrando mais interessantes sobre as quais você vai querer ler um pouco mais a respeito. O lead, tipicamente diz quem, o que, quando e onde, e, assim, você decide se quer ler mais em busca de detalhes. (BAZERMAN, 2005, p. 38).

Marcuschi (2008) explica que cada gênero possui uma forma e uma função que o caracterizam e lhe conferem uma esfera de circulação. Os gêneros devem ser vistos como entidades dinâmicas, uma vez que são definidos pela sua função social e não pela sua forma física, estrutural. Costa, Rodrigues e Pena (2011) afirmam que a proposta de estudar a língua a partir de sua materialização em gêneros pressupõe que a língua não é um todo homogêneo, e que é atualizada em diferentes práticas segundo condições de produção reais, históricas, situadas. Segundo as palavras dos autores, revisar significa revisar gêneros – e não um amontoado de frases artificiais, como opera a tradição gramatical.

O revisor profissional se defrontará com uma grande variedade de gêneros textuais provenientes de diversos autores. Ele precisará saber quais são as características do artigo científico, da reportagem jornalística, dos poemas e de outros gêneros com os quais ele irá se deparar durante o seu trabalho. Dependendo do gênero textual, uma rima ou uma ambiguidade podem ser elementos desejados e que vão conferir uma maior qualidade ao texto ou podem ser defeitos que devem ser evitados. Conhecendo as particularidades de cada gênero, o revisor saberá o que deve ou não ser mantido nos textos para que eles atinjam o seu objetivo.

Coelho Neto (2008) explica que, além de conhecer as diferentes funções linguísticas e finalidades dos textos, o revisor deve saber quais são as formas de expressão adequadas a cada situação: as informais, as cerimoniais, as polidas e até mesmo as gírias e as formas populares.

1.2.2 Retextualização, reescrita e revisão

Apesar de serem frequentemente tidos como sinônimos, há uma grande diferença entre os conceitos de revisão, reescrita e retextualização. Entender esses conceitos é de fundamental importância para estabelecer clareza nas ações dos profissionais de texto executadas sobre a produção alheia e para estabelecer limites ao revisar um texto.

D'Andréa e Ribeiro (2010) apontam uma diferenciação importante entre retextualização e reescrita: a retextualização é uma modificação mais ampla do texto podendo-se alterar o meio em que ele é produzido ou veiculado (entrevista oral para notícia escrita, por exemplo). Entretanto, a reescrita só pode ocorrer do texto escrito para o escrito: “dessa distinção, pode-se propor que toda retextualização é reescrita, mas nem toda reescrita gera uma retextualização”. (D'ANDRÉA; RIBEIRO, 2010, p. 66).

Matencio (2002, 2003 *apud* D'ANDRÉA; RIBEIRO, 2010, p. 66)⁴ deixa clara a diferença entre as noções de retextualização e reescrita. Partindo do pressuposto de que retextualizar é produzir um novo texto, a autora afirma que qualquer atividade de retextualização implica uma mudança de propósito do novo texto em relação ao antigo ao passo que na reescrita materializa-se, apenas, uma nova versão do mesmo texto.

D'Andréa e Ribeiro (2010) explicam que o processo de retextualização visa primariamente à adequação de um texto a determinada situação comunicativa e não à introdução de intervenções meramente linguísticas. Essa busca de adequação

⁴ Os trabalhos de Matencio a que os autores fazem referência são os seguintes:
 MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. “Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do gênero resumo”. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 25-32, 2002.
 MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. “Referenciação e retextualização de textos acadêmicos: um estudo do resumo e da resenha”. **Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN**, março de 2003.

do texto a um contexto comunicativo pode implicar mudanças na composição tipológica (tipo textual) ou genérica (gêneros textuais). O tipo textual é o modo como o texto se apresenta em relação à natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). Ao contrário dos gêneros textuais, que são inúmeros, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. Com base nessas alterações mais radicais da retextualização, os autores inferem que os revisores são também reescritores, mas raramente são retextualizadores, embora, em certos casos, isso também possa ocorrer.

Menegolo e Menegolo (2005) destacam que o processo de reescritura não só (re)constrói o texto, mas (re)constrói também a subjetividade do autor. Segundo Jesus (1997), a reescritura não é um trabalho apenas de “limpeza”, cujo objetivo principal consista em retirar as “impurezas” previstas pela profilaxia lingüística. Para a autora, a reescritura que se interessa apenas no nível da transgressão ao estabelecido pelas regras de ortografia, concordância e pontuação, sem dar a devida importância às relações de sentido do texto, quando muito, tem como resultado um texto linguisticamente correto, mas prejudicado em relação a sua potencialidade ilocucionária.

Viana (2010) reforça essa opinião ao dizer que a correção formal de um texto (isto é, a sua correção nos aspectos ortográficos, de concordância e de regência) não garante que esse texto seja compreendido pelo leitor. O autor defende que a reescrita, mais do que cortar ou mudar palavras, reordena períodos e confere nova disposição aos parágrafos a fim de que o texto atinja os objetivos a que se propõe. Nessa mesma linha de defesa do processo de reescritura, Menegolo e Menegolo (2005) explicam que o processo de reescrever provoca o diálogo do

sujeito com o produto e possibilita um relacionamento interativo com o texto por meio do confronto, aguçamento e exclusão de enunciados.

A partir desta pequena revisão de literatura, percebe-se que um bom revisor também reescreve os textos e até os retextualiza sempre que julgar necessário. Sempre que as alterações ultrapassarem os aspectos gramaticais e envolverem acréscimos e reordenação de informações do texto, o revisor está também reescrevendo o texto. A retextualização ocorre, por exemplo, quando há necessidade de se adaptar um texto feito inicialmente para rádio, televisão ou jornal impresso, para ser utilizado na internet. Em qualquer dos casos, deve-se lembrar que o revisor não deve se ater apenas a correções gramaticais, mas deve também aperfeiçoar o produto o máximo possível para que o leitor tenha uma compreensão satisfatória e global da ideia transmitida.

Capítulo 2

JORNALISMO *ONLINE*

Demonstradas as necessidades de o revisor conhecer os gêneros textuais e as características particulares dos textos com os quais irá trabalhar, este capítulo apresenta um breve histórico do jornalismo *online* para ajudar o leitor a compreender as características formais e linguísticas dos textos das mídias digitais, que serão apresentadas nos tópicos e seções seguintes. O capítulo também explica o que são os gêneros notícia e reportagem e quais as características que os diferenciam.

2.1 Definição, histórico e particularidades do jornalismo *online*

A internet surgiu em 1969, quando a Agência de Pesquisa e Projetos Avançados (Arpa), uma organização do Departamento de Defesa norte-americano focada no desenvolvimento de alta tecnologia para aplicações militares, criou a Arpanet, uma rede nacional de computadores, que servia para garantir comunicação emergencial caso os Estados Unidos fossem atacados por outro país. Em 1990, foi criado o World, primeiro provedor de acesso comercial do mundo, permitindo que usuários comuns alcançassem a grande rede via telefone.

No Brasil, a internet se popularizou a partir do ano de 1995, quando ocorreu a abertura da internet comercial no país. Nesse momento surgiu o primeiro site jornalístico brasileiro: o site do *Jornal do Brasil*. Nessa mesma época, surgiu a versão eletrônica do jornal *O Globo* e a Agência Estado, agência de notícias do

Grupo Estado, também colocou sua página na internet. A partir de então, as taxas de crescimento de usuários brasileiros de internet multiplicaram-se e, conseqüentemente, houve um aumento contínuo de sites jornalísticos. Além dos sites de jornais e revistas, o jornalismo começou a marcar sua presença na web nos sites de agências de notícias, nos sites informativos especializados, nos portais e nos sites de instituições e de empresas comerciais.

Nesse momento inicial do jornalismo brasileiro na internet, não existia a noção do que seria uma boa edição de jornal para a web e os veículos impressos que estavam na rede não criavam publicações específicas para internet, fazendo apenas uma versão semelhante à da edição em papel. Porém, os grandes jornais do país começaram a perceber que não havia motivo para estar na grande rede se não fosse para oferecer algo diferente do que já era feito na edição de papel. Desse modo, algumas seções dos jornais digitais brasileiros começaram a fazer modificações em seu conteúdo. Por volta de 1998, o *Jornal do Brasil*, *O Globo* e o *Estado de S.Paulo* tinham cadernos especiais com materiais diferentes das suas versões impressas e feitos especialmente para a internet. Nascia assim o *jornalismo online* ou *webjornalismo*.

Apesar de haver um uso indistinto das expressões “webjornalismo”, “ciberjornalismo”, “jornalismo digital” e “jornalismo *online*”, existem diferenças entre elas. Pernisa e Alves (2010) explicam que o jornalismo digital está presente nos diversos meios digitais existentes: não é restrito à rede e pode ser feito em outros suportes como a tela de uma TV ou um CD-ROM. O jornalismo *online* pressupõe uma rede e que essa rede possa fornecer dados em tempo real. A idéia principal é de uma conexão sempre presente e que se atualiza constantemente. O webjornalismo ocorre somente na internet, na sua parte denominada World Wide

Web, ou www: “De certa forma, não difere do jornalismo *online*, pois este, preferencialmente, ocorre na própria web” (PERNISA; ALVES, 2010, p. 41). O ciberjornalismo seria o jornalismo em rede, independente da internet, da web ou do tempo real.

De acordo com Ferrari (2003), a disciplina “Jornalismo *online*” iniciou o século XXI presente em todos os cursos de comunicação do país e visa ensinar aos alunos as peculiaridades e implicações do jornalismo na web. Dentre as principais características desse novo jornalismo, podem-se destacar a interatividade, que permite que o leitor opine sobre o conteúdo no momento em que recebe a informação; a hipertextualidade, que possibilita interconectar os textos através de links; a convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico; a intertextualidade, que possibilita relacionar uma matéria diretamente à outra, e a instantaneidade, que trata da capacidade de transmitir rapidamente um fato.

Enquanto na mídia impressa o leitor tem que esperar até o dia seguinte para saber das notícias, a disseminação da informação *online* é marcada pelo imediatismo. Antes da popularização da Internet, costumava-se dizer que o rádio era o meio de comunicação mais rápido. A não ser que transmitam notícias 24 horas por dia, “até hoje a maioria das estações de rádio divulga notícias a cada 1h ou 30 min” (WARD, 2006). Além disso, no rádio e na TV é comum obedecer às grades de programação, o que potencializa ainda mais a agilidade da internet em relação a esses veículos de comunicação, como explica Ward (2006):

Na web existe o potencial de se atualizar notícias e quaisquer outras páginas, simultânea e repetidamente, minuto a minuto, para apresentar tanto as últimas notícias como informações confidenciais sobre um popstar. Um único site de notícias pode divulgar inúmeras atualizações sobre reportagens a cada poucos minutos. A imediação sobrecarregada por essa flexibilidade é uma ferramenta potente, em especial para divulgar notícias. (WARD, 2006, p. 22).

Comparando o jornalismo impresso e o jornalismo *online*, Pernisa e Alves (2010) explicam que no jornalismo impresso, cujo suporte é o papel, não é possível a modificação do texto após a publicação e, muito menos, a sua atualização com informações novas que possam surgir durante a cobertura jornalística. Além disso, o texto gráfico do jornalismo impresso tem o limite espacial da página em que está inserido e se relaciona apenas com imagens estáticas.

No webjornalismo, cujo suporte é a tela do computador, a matéria pode ser alterada com novas informações em segundos ou pode ser rediagramada a qualquer momento. O espaço da web comporta uma maior diversidade: texto escrito, imagens estáticas e em movimento e sonoridade.

Pinho (2003) aponta outras diferenças da internet em relação à mídia tradicional, dentre elas, a não linearidade e a fisiologia da web. O autor explica que a leitura do texto no papel é linear, feita a partir do canto esquerdo palavra por palavra. A informação contida na internet não necessariamente precisa ser feita de maneira linear: o hipertexto permite que o usuário salte entre os vários tipos de dados de que necessita sem seguir uma sequência predeterminada. Em relação à fisiologia, a tela do computador afeta a visão humana de maneira diferente do suporte papel. De acordo com Pinho (2003), ao se ler à luz do monitor, os olhos piscam menos vezes do que quando estamos com a vista relaxada, o que pode levar o usuário a ter uma maior incidência de fadiga visual e de dores de cabeça.

O Quadro seguinte apresenta um resumo das principais características do jornalismo *online*, comparando esse tipo de jornalismo com o jornalismo impresso.

Quadro 2: Jornalismo *online* – características e diferenças em relação ao jornalismo impresso

| JORNALISMO ONLINE: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS | |
|--|---|
| <p>1) Interatividade: o leitor pode opinar sobre o conteúdo (por meio de enquetes, grupos de discussão e bate-papos) e também pode compartilhar a matéria por meio de botões que o direcionam para as redes sociais.</p> <p>2) Instantaneidade: constante atualização de notícias.</p> <p>3) Hipertextualidade: inserção de vários documentos no mesmo arquivo por meio dos links.</p> <p>4) Intertextualidade: cruzamento de textos, complementado as informações.</p> <p>5) Multimídia: possibilidade de utilizar áudio, vídeo, imagens e texto simultaneamente.</p> | |
| JORNALISMO ONLINE E JORNALISMO IMPRESSO: DIFERENÇAS | |
| <p>Jornalismo <i>online</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Texto não linear - Possibilidade de utilização de imagens em movimento - A matéria não é um produto pronto e acabado, pode ser alterada a qualquer momento. | <p>Jornalismo impresso</p> <ul style="list-style-type: none"> - Texto linear - Utilização apenas de imagens estáticas - Depois de impressa, é impossível alterar a matéria. |

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 Características formais e linguísticas dos textos das mídias digitais

O texto jornalístico para web deve ser claro, conciso e objetivo já que a leitura na tela do monitor é mais lenta, cansativa e pode causar fadiga visual. Pinho (2003) afirma que os indivíduos leem 25% mais devagar na tela do computador e por isso, o autor recomenda que o texto preparado para a internet seja cerca de 50% mais curto do que aquele escrito para o papel.

A esse respeito, Ward (2006) faz recomendações em relação à escolha de frases, de manchetes e de palavras para que o jornalista obtenha um texto enxuto para web. O autor afirma que as frases devem ser curtas, objetivas e escritas na ordem direta, canônica: sujeito – verbo – objeto(s) – outros elementos. Em relação às manchetes, ele aconselha:

- Devem ser simples e informativas com preferência pela voz ativa e pelo tempo verbal presente do indicativo.
- Deve-se evitar o uso de anônimos como *ele*, *ela* ou *eles*. Deve-se ser específico em relação a cargos e personalizar sempre que apropriado (“Obama” em vez de “o presidente dos Estados Unidos”).
- Evitar pontuação, por exemplo, vírgulas nas manchetes para não quebrá-las em duas partes e tornar a leitura mais lenta.
- Evitar exagerar na quantidade de informações.

Quando se trata de palavras, o autor faz seis recomendações:

- Não usar mais palavras do que o necessário.
- Evitar palavras extensas se houver alternativas mais curtas.
- Evitar palavras com significado complexo se alternativas mais simples estiverem disponíveis.
- Usar palavras em sentido concreto, não em sentido abstrato, sempre que possível.
- Ser específico em vez de utilizar generalizações.
- Dar às palavras o seu correto significado.

De acordo com Pinho (2003), a principal audiência da Web são os leitores considerados *scanners*, leitores que não possuem o hábito de ler palavra por palavra. Eles se limitam a fazer uma leitura rápida, por varrimento visual, em busca de palavras ou frases que façam parte do seu quadro de interesse e, por essa razão, os jornalistas devem usar subtítulos ou marcadores em suas matérias e não grandes blocos de texto. É recomendável que o subtítulo venha em destaque (negrito, por exemplo) para atrair mais o olhar do leitor. É também necessário sempre enfatizar o que é novo e diferente em cada bloco, considerando que o leitor está, apenas, passando os olhos pelo texto.

O Quadro abaixo mostra as alterações propostas por Nielsen (1999 *apud* PINHO, 2003, p. 211) em um parágrafo de texto encontrado em sites comerciais para deixá-lo mais atrativo para a web⁵.

⁵ O texto de Nielsen que Pinho (2003) cita é o seguinte:
NIELSEN, Jakob. **Designing web usability: the practice of simplicity**. Indianapolis: New Riders, 1999.

Quadro 3: Comparativo entre dois modelos de parágrafo

| COMPARATIVO ENTRE DOIS MODELOS DE PARÁGRAFO |
|--|
| <p>Versão original como encontrada nos sites comerciais</p> <p>Nebraska está plena de atrações reconhecidas internacionalmente, que atraem grandes multidões de pessoas todos os anos, sem falta. Em 1996, alguns dos locais mais populares foram o Parque Estadual de Forte Robinson (355.000 visitas), o Monumento Nacional de Scotts Bluff (132.166), o Museu e Parque Estadual de Arbor Lodge (100.00), Carhenge (86.598), o Museu do Pioneiro da Pradaria (60.002), e o Parque Histórico e Rancho Estadual Búfalo Bill (28.446).</p> |
| <p>Versão concisa, objetiva e esquadrinhável (com uso de marcadores)</p> <p>Em 1996, seis dos locais mais visitados em Nebraska foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parque Estadual de Forte Robinson • Monumento Nacional de Scotts Bluff • Museu e Parque Estadual de Arbor Lodge • Carhenge • Museu do Pioneiro da Pradaria • Parque Histórico e Rancho Estadual Búfalo Bill |

Fonte: Pinho (2003, p. 211)

De acordo com Ferrari (2003), um bom texto para web usa sentenças concisas, declarativas e simples, que se relacionam a apenas uma ideia por parágrafo. Devem-se evitar frases longas e períodos na voz passiva. O texto deve ser escrito na ordem direta porque ela representa um estilo mais informal e próximo da fala. A autora afirma que, para uma leitura agradável, o ideal é o redator escrever só o necessário e evitar o uso de termos pouco conhecidos: o excesso de informações em uma página deixa o internauta cansado e confuso.

Pinho (2003) lembra que texto curto não é sinônimo de informação superficial ou incompleta, pois o jornalista pode utilizar o hipertexto, cujos vínculos permitem que o usuário retorne à notícia, na medida da sua necessidade ou interesse. O autor também explica que, no caso de notícias que apresentam muitos

dados, a melhor solução para tornar o texto mais simples e atrativo é apresentar os números em tabelas e gráficos.

2.3 Os gêneros textuais notícia e reportagem

Notícia e reportagem são gêneros textuais do universo jornalístico que apresentam fatos relevantes que ocorreram recentemente ou que anunciam um evento que ocorrerá em breve. De acordo com Goldstein, Louzada e Ivamoto (2009), a notícia costuma ser mais breve e mais simples, apontando os fatos com relativa imparcialidade e a reportagem, mais extensa e aprofundada, uma vez que apresenta detalhes, cita depoimentos de entrevistados e compara diferentes pontos de vista sobre o tema abordado. As autoras também afirmam que a notícia não costuma ter autoria, enquanto a reportagem traz o nome do redator que, em geral, elabora seu texto a partir de entrevistas com pessoas ou instituições relacionadas ao tema discutido: “De certa forma, pode-se dizer que a reportagem complementa o relato dos fatos com um convite direto à reflexão sobre os vários modos de ver o assunto” (GOLDSTEIN; LOUZADA; IVAMOTO, 2009, p. 59).

Em relação às semelhanças entre esses gêneros, podemos apontar que os dois apresentam título (chamado de manchete) e olho⁶, que complementa o título, na abertura do texto. Os títulos podem ser informativos, que anunciam o que ocorreu ou ocorrerá; provocativos, que atizam a curiosidade do leitor; ou sugestivos, que deixam dúvidas sobre o assunto que vai ser tratado. Outra característica comum aos dois gêneros, apontada por Goldstein, Louzada e Ivamoto (2009), é a utilização da linguagem culta e formal com presença de elementos de coesão e de coerência textuais. A coerência se manifesta pela continuidade do tema tratado, apresentado

⁶ Frase que vem na sequência do título e que apresenta o assunto resumidamente para motivar o leitor a ler o restante do texto.

de modo progressivo ao longo de um texto. A coesão, por sua vez, pode se apresentar de duas maneiras: referencial e sequencial. A coesão referencial consiste na retomada de termos por repetição, substituição ou elipse. A coesão sequencial consiste na criação de elos entre as partes do texto, por meio do emprego de uma série de palavras e expressões que podem ser chamadas de organizadores textuais.

As autoras apresentam dois Quadros que resumem as características dos gêneros notícia e reportagem:

Quadro 4: Gênero textual notícia – principais características

CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO NOTÍCIA

- 1) Tem como finalidade informar sobre um acontecimento importante, respondendo a todas (ou parte de) as seguintes questões:
 - O que ocorreu?
 - Onde e quando?
 - Como aconteceu?
 - Com quem?
 - Por quê?
 - Com qual consequência?
- 2) Após o título, costuma vir o olho, que introduz ou resume o tema tratado. Em algumas notícias breves, o olho não aparece.
- 3) Na sequência, há o corpo da notícia.
- 4) Empregam-se termos especializados relativos ao assunto abordado.
- 5) A opinião de especialistas vem transcrita entre aspas, depois de um verbo de dizer ou, em latim, verbo *dicendi*.
- 6) Não é indicada a autoria do texto.
- 7) Geralmente as formas verbais são empregadas no presente do indicativo.
- 8) O texto apresenta coerência, do início ao final.
- 9) Estão presentes os elementos de coesão textual.

Fonte: Goldstein, Louzada e Ivamoto (2009, p. 66).

Quadro 5: Gênero textual reportagem – principais características**CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO REPORTAGEM**

- 1) Direcionada a um público determinado.
- 2) Abre com um título e um olho que buscam chamar a atenção do leitor.
- 3) A partir do relato de um fato, aprofunda certos aspectos relacionados a ele.
- 4) Comparada à notícia, é mais detalhada, mais abrangente e mais aprofundada.
- 5) Traz entre aspas a opinião de especialistas no assunto.
- 6) A autoria do texto fica evidente e, por vezes, também a opinião do autor.
- 7) São citados dados numéricos, nomes de empresas, lugares, pessoas e datas.
- 8) A coerência é garantida pelo modo como o texto articula suas partes.
- 9) A coesão referencial está presente. A coesão sequencial recorre ao emprego dos organizadores textuais.
- 10) Predominam as formas verbais do presente do indicativo e a terceira pessoa verbal.
- 11) Emprega-se o registro culto da linguagem.
- 12) Sobre o vocabulário, usam-se termos especializados relativos ao tema tratado.

Fonte: Goldstein, Louzada e Ivamoto (2009, p. 72).

Apesar das propriedades apresentadas na seção anterior sobre o texto nas mídias digitais, a notícia e a reportagem para a web englobam todas as características apresentadas nos Quadros 4 e 5 acima. Entretanto, devido a características do meio *online* como a instantaneidade e o imediatismo, que exigem textos mais concisos e dinâmicos do que em outras mídias tradicionais, é mais comum a presença do gênero notícia na web.

2.4 O papel do revisor das mídias eletrônicas

O revisor de conteúdos para mídia eletrônica tem que estar atento a todas essas peculiaridades do gênero a fim de garantir a rapidez, a confiabilidade e a simplicidade que um texto jornalístico para web requer. É ele que vai apontar inconsistências em estilo e em tamanho de fontes, corrigir a gramática e a pontuação dos textos e checar se existe alguma incompatibilidade entre as informações. O produto jornalístico deve ser revisado em função do contexto em que foi escrito e a gramática e a ortografia se subordinam a essa relação.

Pinho (2003) lista as principais tarefas do revisor de textos de web quando da correção do conteúdo jornalístico:

- Criar um manual de estilo e de redação ou adaptar o manual existente para a web.
- Corrigir ambiguidades existentes em qualquer nível do texto: seção, parágrafo, sentença, palavra.
- Apontar possíveis inconsistências em fatos, em nomes, em grafia de palavras e em outros elementos.
- Conferir todas as tabelas, quadros e figuras para verificar a exatidão em relação ao conteúdo do texto.
- Reorganizar o conteúdo escrito para maior clareza.
- Melhorar o fluxo e a coerência do texto.
- Sugerir gráficos, figuras e imagens para fortalecer o texto.

A atuação do revisor é indispensável na comunicação *online*, já que o autor, por pressa de publicar, desatenção ou mesmo por falta de conhecimento,

pode construir um texto pouco claro para o leitor. Quando se trata de sites institucionais, o profissional deve ser ainda mais requisitado, pois um conteúdo de má qualidade pode afetar consideravelmente a credibilidade da instituição que o oferece.

Capítulo 3

ESTUDO DE CASO:

O TRABALHO DE REVISÃO NAS NOTÍCIAS DA AGÊNCIA SENADO

Este capítulo destina-se à análise da parte prática da revisão de textos. Ele se divide em três seções. Na primeira, será descrita a metodologia empregada na pesquisa: o estudo de caso. Na segunda, será feita uma breve apresentação da Agência Senado, a agência cujas notícias serão analisadas neste trabalho. Na terceira seção, será apresentado o corpus da pesquisa bem como uma análise desse corpus.

3.1 O estudo de caso como método

O presente trabalho utilizou como técnica de investigação a revisão bibliográfica associada ao estudo de caso. Yin (2001 *apud* DUARTE, 2009, p. 216) define o estudo de caso como “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”⁷. Essa estratégia é recomendada quando o pesquisador pretende compreender, explorar ou descrever acontecimentos complexos, nos quais

⁷ O texto de Yin a que Duarte (2009) faz referência é: YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

estão simultaneamente envolvidos diversos fatores e quando o foco da pesquisa se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

O estudo de caso possui quatro características essenciais:

- 1) *particularismo*: o estudo se centra em uma situação ou fenômeno particular;
- 2) *descrição*: o resultado final consiste na descrição do assunto submetido à indagação;
- 3) *explicação*: o resultado da investigação ajuda a compreender o tema submetido à análise e tem como parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas e
- 4) *indução*: a análise se utiliza do raciocínio indutivo, segundo o qual as generalizações emergem a partir dos dados particulares.

Castro (1977 *apud* DUARTE, 2009, p. 219) lembra que, “mesmo no estudo de caso, o interesse principal não é pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo”⁸.

Apesar de ser uma forma de investigação bastante utilizada, o estudo de caso é questionado por alguns pesquisadores. As principais alegações dos que criticam esse método têm a ver com o falso sentimento de certeza do pesquisador, que, muitas vezes, responde um número muito maior de questões sobre o seu caso do que poderia fazê-lo somente com o uso dos dados registrados e com a pouca

⁸ A obra de Casto que Duarte (2009) cita é a seguinte:
CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

base que o estudo de caso fornece para se fazer uma generalização científica. Duarte (2009) aponta medidas para superar essas dificuldades, entre elas, a realização de uma revisão de literatura sobre o tópico analisado e a seleção de um padrão de amostra apropriado.

A amostra deste trabalho pretende respeitar a regra da representatividade, com um tamanho considerado suficiente para permitir uma variedade, mas não tão grande a ponto de inviabilizar o trabalho. O corpus da pesquisa se constitui de 10 matérias extraídas da Agência Senado e publicadas no site do Senado Federal no mês de junho de 2012. Foram selecionadas notícias que, como vimos no capítulo anterior, são textos curtos e não assinados. As matérias referem-se aos pronunciamentos dos senadores em Plenário.

3.2 A Agência Senado

A Agência Senado é um órgão de notícias vinculado administrativamente à Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal (SECS) e cuja missão é voltada fundamentalmente à geração e à difusão gratuita, pela internet, de notícias, informações e imagens de interesse público, relacionadas às atividades do Senado e do Congresso Nacional.

Foi criada em 1995, sendo o primeiro veículo a ser consolidado dentro da proposta de implantação de um sistema de comunicação de massa gerido pelo próprio Senado, em busca de dar maior transparência à atividade parlamentar e de oferecer mais interatividade com a sociedade.

Além de produzir as matérias para o *Jornal do Senado* sobre todas as atividades dos parlamentares no Senado Federal, a Agência Senado de Notícias disponibiliza sua produção para todos os cidadãos, para outras agências noticiosas

(tanto públicas quanto privadas) e também para todos os demais veículos de comunicação. As notícias em tempo real e as fotos relativas à sua cobertura jornalística não possuem qualquer custo para os usuários. A única exigência feita a eles é a de que citem a fonte da matéria quando precisarem reproduzi-la em algum blog, site ou quando usá-la em trabalhos.

3.3 Análise dos dados

Nesta seção, faremos uma análise das dez notícias produzidas pela Agência Senado e selecionadas para compor o corpus desta pesquisa. Para cada matéria, apresentaremos a versão original e a versão com a intervenção do revisor – versão essa que é também a mesma que foi publicada no site da Agência Senado. Por meio da comparação dos dois estágios da mesma matéria, veremos quais foram as estratégias empregadas pelo revisor na correção. Na apresentação da versão revisada, as alterações serão destacadas e números sobrescritos serão usados para mostrar a quantidade de alterações efetuadas no texto.

NOTÍCIA 1: VERSÃO ORIGINAL

Jorge Viana elogia anteprojeto do novo Código Penal e diz que mais de um milhão de pessoas foram assassinadas no país nos últimos 30 anos

O senador Jorge Viana (PT-AC) elogiou nesta quarta-feira (27) a qualidade do anteprojeto do novo Código Penal. O documento foi entregue ao presidente da Casa, José Sarney, pela comissão de notáveis que elaborou a proposta.

O parlamentar afirmou que o Brasil tem, atualmente, nada menos que 117 leis penais diferentes, o que ele caracterizou de “legislação dispersa e ineficiente”.

Ao aperfeiçoar e simplificar as normas penais (o Código Penal atual é de 1940), o novo código poderá ajudar a diminuir o “impressionante” número de homicídios cometidos no país, desejou o senador.

Na opinião de Jorge Viana, o Brasil “vive uma guerra urbana não assumida”: mais de um milhão de pessoas foram assassinadas em território brasileiro nos últimos 30 anos.

Para o senador, esse grande número de homicídios envergonha toda a população brasileira.

- O Brasil tem 3% da população do planeta, mas contabiliza 12% dos assassinatos.

Foram mais de 49 mil homicídios apenas em 2010. Temos de por fim a essa matança que acontece em todas as regiões do país – afirmou Jorge Viana ao informar que o anteprojeto do novo Código Penal será enviado por Sarney para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

NOTÍCIA 1: VERSÃO REVISADA

Jorge Viana elogia anteprojeto do novo Código Penal e ¹ lamenta número de homicídios no país

O senador Jorge Viana (PT-AC) elogiou nesta quarta-feira (27) a qualidade do anteprojeto do novo Código Penal. O documento foi entregue ao presidente ² do Senado, José Sarney, pela ³ Comissão Especial de Juristas que elaborou a proposta.

O parlamentar afirmou que o Brasil tem, atualmente, nada menos que 117 leis penais diferentes, o que ele caracterizou de “legislação dispersa e ineficiente”.

Ao aperfeiçoar e simplificar as normas penais ⁴ – o Código Penal atual é de 1940 –, o novo ⁵ Código Penal poderá ajudar a diminuir o “impressionante” número de homicídios cometidos no país, desejou o senador.

⁶ Jorge Viana afirmou que o Brasil “vive uma guerra urbana não assumida”. ⁷ Ele ressaltou que mais de um milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil nos últimos 30 anos. ⁸ Para o senador, esse grande número de homicídios envergonha toda a população brasileira.

- O Brasil tem 3% da população do planeta, mas contabiliza 12% dos assassinatos. Foram mais de 49 mil homicídios apenas em 2010. Temos de por fim a essa matança que acontece em todas as regiões do país – afirmou Jorge Viana ao informar que o anteprojeto do novo Código Penal será enviado por Sarney para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao analisar a primeira notícia, nota-se que, após a revisão, houve uma mudança radical do título, que foi sintetizado, buscando conferir maior concisão ao texto e preservar a informatividade. Além disso, a manchete teve uma substituição vocabular do verbo *dicendi diz* por *lamentar*. O verbo *lamentar* é dotado de maior carga semântica, o que nos leva a crer que o revisor achou pertinente ressaltar o estado do senador em relação ao alto número de homicídios no país.

Nas alterações marcadas como 2, 3 e 5, houve uma troca do substantivo comum pelo substantivo próprio com o objetivo de deixar o texto mais preciso e especificar para o leitor sobre qual casa, código e comissão a matéria se refere. A troca dos parênteses por travessões, visualizada em 4, tem a ver apenas com o estilo e com a preferência do revisor, não alterando a semântica do texto.

As modificações feitas no penúltimo parágrafo (anotadas como 6, 7 e 8) demonstram que houve uma reorganização dos termos da oração com o intuito de priorizar a ordem direta da frase (alterações 6 e 7) e aproximar o texto do seu leitor.

NOTÍCIA 2: VERSÃO ORIGINAL

Mário Couto avisa que divulgará todos os seus votos sigilosos

Em discurso no Plenário, o senador Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que divulgará os seus votos secretos daqui para frente. Ele defendeu o fim dessa modalidade no Congresso Nacional, nesta terça-feira (26), e disse que o sigilo impede que a nação conheça seus representantes.

- Eu abrirei o meu voto. Não sei quais são as consequências que virão atrás dessa minha decisão, mas eu vou abrir o meu voto. Eu direi desta tribuna, daqui para a frente, em todas as votações que forem secretas, eu vou prestar contas com o meu povo. O povo que me mandou para cá vai saber como eu voto – afirmou o senador.

Mário Couto disse que o voto fechado é uma forma de submissão ao governo porque seria uma maneira de o parlamentar esconder o seu voto àqueles que lhe mandaram para cá.

- Voto secreto é uma maneira a mais de desmoralizar o Senado Federal. Voto secreto é aquilo que já devia ter acabado há muitos e muitos anos. É uma vergonha nacional. O voto secreto traz a cada parlamentar o direito de fazer de uma urna secreta o que ele quer, não o que o povo quer. Isto não é direito – disse o senador.

NOTÍCIA 2: VERSÃO REVISADA

Mário Couto ¹ anuncia que vai abrir seu voto em votações secretas

Em discurso no Plenário, o senador Mário Couto (PSDB-PA) ² disse que irá abrir o seu voto sempre que ocorrerem votações secretas. Ele ³ pediu o fim dessa modalidade de ⁴ votação no Congresso Nacional, ⁵ ressaltando que o sigilo impede que a nação conheça seus representantes.

- Eu abrirei o meu voto. Não sei quais são as consequências dessa minha decisão, mas, daqui para a frente, em todas as votações que forem secretas, eu vou prestar contas ao povo. O povo que me mandou para cá vai saber como eu voto – afirmou o senador.

Mário Couto ⁶ ressaltou que o voto ⁷ secreto é uma maneira de o parlamentar esconder a decisão que tomou daqueles que o elegeram para representá-los. O senador acrescentou que o voto secreto já devia ter sido abolido há muito tempo e qualificou-o como “uma vergonha nacional”.

- O voto secreto dá ao parlamentar o direito de fazer o que ele quer, não o que o povo quer. Isto não é direito – disse o senador.

Na segunda notícia, percebemos a troca do verbo *divulgará*, no futuro do indicativo, pelas locuções verbais *vai abrir* (alteração 1) e *irá abrir* (alteração 2). Pode-se hipotetizar que a locução é mais informal e, conseqüentemente, mais próxima do ouvinte. Além disso, a substituição do verbo *divulgar* por *anunciar* (alteração 1) contribui para uma mudança semântica do texto, já que *divulgar* soa como algo mais amplo que pretende atingir o maior número de pessoas possível: é como se o senador fosse falar sobre o seu voto com toda a imprensa, quando, na realidade, ele estava apenas defendendo o voto nominal para cassações de mandatos parlamentares. Vale ressaltar que a matéria foi escrita no contexto da cassação do ex-senador Demóstenes Torres.

O texto também passou por várias alterações vocabulares. Em 3, percebemos a busca do revisor por mais neutralidade ao trocar o verbo *defendeu* por *pediu* e, em 5 e 6, houve a troca do verbo *dicendi disse* por *ressaltou*, dando mais destaque a fala do senador Mário Couto. Em 4, no primeiro parágrafo, o revisor acrescentou a locução *de votação* à palavra *modalidade* para complementar e especificar mais o significado dessa palavra, já que a locução “dessa modalidade” utilizada originalmente, ficou muito vaga. Na última modificação (alteração 7) houve uma troca de *votação fechada* para *votação secreta*, já que o adjetivo *fechada* costuma ser mais utilizado para se referir ao voto e não à modalidade de votação.

NOTÍCIA 3: VERSÃO ORIGINAL

Paulo Paim demonstra preocupação com trabalhadores do setor calçadista do Rio Grande do Sul

Em discurso nesta quarta-feira (27), o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que está preocupado com os trabalhadores do setor calçadista do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. O senador afirmou que as empresas exportadoras vêm enfrentando problemas de competitividade no mercado externo devido à excessiva valorização da moeda nacional. Além disso, o setor sofre uma inquietação em relação às importações.

- Os importadores trouxeram do exterior 34 milhões de pares e pagaram US\$ 427,7 milhões. Os principais fornecedores em pares foram o Vietnã e a China – destacou.

Paulo Paim explicou que o setor calçadista brasileiro tem um forte impacto social no país e citou relatório setorial da indústria de calçados que revela que os empregos diretos procedentes do setor somaram 335,5 mil postos de trabalho no ano passado. O senador disse que O Vale do Rio dos Sinos é um conglomerado de municípios que têm um produto em comum, nascido da vocação de seus antepassados e da cultura multiplicada ali pelos imigrantes.

- Esse produto contribuiu, de modo indiscutível, para que toda aquela região se desenvolvesse, de forma sustentável, por décadas. Esse produto é o calçado – disse.

NOTÍCIA 3: VERSÃO REVISADA

Paulo Paim demonstra preocupação ¹ com setor calçadista do Rio Grande do Sul

Em discurso nesta quarta-feira (27), o senador Paulo Paim (PT-RS) ² manifestou sua preocupação com os trabalhadores do setor calçadista do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. O senador ³ informou que as empresas exportadoras vêm enfrentando problemas de competitividade no mercado externo devido à excessiva valorização da moeda nacional. Além disso, o setor sofre uma inquietação em relação às importações.

⁴ Segundo o senador, os importadores trouxeram do exterior 34 milhões de pares e pagaram US\$ 427,7 milhões. Os principais fornecedores em pares foram o Vietnã e a China.

Paulo Paim explicou que o setor calçadista brasileiro tem um forte impacto social no país e citou relatório setorial da indústria de calçados que revela que os empregos diretos procedentes do setor somaram 335,5 mil postos de trabalho no ano passado. ⁵ No Vale do Rio dos Sinos, acrescentou, a indústria calçadista se desenvolveu a partir da vocação dos colonos que ali se instalaram.

⁶ - O calçado contribuiu para que toda aquela região se desenvolvesse, de forma sustentável, por décadas – disse.

Assim como ocorreu na notícia 1, o título foi modificado sem prejuízo da informatividade da notícia (alteração 1). Na alteração 2, o revisor economiza palavras, mas a mudança não altera a semântica do texto. Logo em seguida, com a alteração 3, temos a substituição do verbo *dicendi afirmou* por *informou*, dando mais neutralidade à fala do senador Paulo Paim.

No segundo e no terceiro parágrafos, verificou-se uma mudança da estrutura sintática com manutenção do conteúdo (alterações 4 e 5) e, no último parágrafo, a fala do senador foi sintetizada de modo a preservar somente o essencial à matéria (alteração 6).

NOTÍCIA 4: VERSÃO ORIGINAL

Casildo Maldaner elogia trabalho da comissão que apresentou anteprojeto do novo Código Penal

Em discurso no Plenário nesta quarta-feira (27), o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que é “digno de reconhecimento” o trabalho da comissão de juristas que produziu o anteprojeto do novo Código Penal. Pela manhã, a comissão especial instalada para propor sugestões ao código entregou o anteprojeto para o presidente José Sarney, em cerimônia realizada no Salão Nobre.

- Esta Casa terá diante de si um desafio de grande dimensão e relevância, que é a análise do documento – disse o senador.

Maldaner informou que o documento foi elaborado por uma comissão de renomados juristas, que foi presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp. Para Maldaner, o código exige atualização, por ter mais de 70 anos. Por conta de já ter recebido diversas atualizações, disse o senador, o código se transformou em uma verdadeira colcha de retalhos.

Na visão de Maldaner, o trabalho da comissão buscou modernizar o texto do Código Penal, unificando leis, compatibilizando tipos penais e descriminalizando condutas. Segundo o senador, o novo texto aborda assuntos polêmicos como aborto, drogas e crimes eleitorais. Como exemplo, o senador disse que a proposta prevê que o porte de drogas para consumo próprio será descriminalizado.

Maldaner ainda pediu a participação da sociedade civil no debate do novo texto e disse que os parlamentares não podem fugir da responsabilidade sobre o assunto.

- De forma democrática, chegaremos às conclusões que refletem os anseios e necessidades dos brasileiros – concluiu.

NOTÍCIA 4: VERSÃO REVISADA

¹ Análise do anteprojeto do Código Penal será um desafio, diz Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que é “digno de reconhecimento” o trabalho da ² Comissão Especial de Juristas que produziu o anteprojeto do novo Código Penal, ³ entregue ao presidente José Sarney, em cerimônia realizada nesta quarta-feira (27).

– Esta Casa terá diante de si um desafio de grande dimensão e relevância, que é a análise do documento – disse o senador.

Para Maldaner, o código exige atualização, ⁴ por ter mais de 70 anos e por já ter recebido diversas atualizações, transformando-se, segundo ele, em uma verdadeira colcha de retalhos.

⁵ O senador afirmou que o trabalho da comissão buscou modernizar o texto do Código Penal, unificando leis, compatibilizando tipos penais e descriminalizando condutas. ⁶ Ele acrescentou que o texto aborda assuntos polêmicos como aborto, drogas e crimes eleitorais. Como exemplo, o senador disse que a proposta prevê que o porte de drogas para consumo próprio será descriminalizado.

Maldaner pediu a participação da sociedade civil no debate do novo texto e disse que os parlamentares não podem fugir da responsabilidade sobre o assunto.

- De forma democrática, chegaremos às conclusões que refletem os anseios e necessidades dos brasileiros – concluiu.

⁷ O anteprojeto foi elaborado a partir das discussões realizadas durante os oito meses de funcionamento da Comissão Especial de Juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp.

Inicialmente, percebe-se uma mudança radical do título (alteração 1), o que ocasionou a mudança no enfoque da matéria. O revisor escolheu outra fala do senador Cassildo Maldaner que julgou de maior impacto e mais provocativa para atrair a atenção do leitor e a colocou na manchete. Logo no início do primeiro parágrafo, o revisor especificou o nome da comissão à qual o repórter se refere (alteração 2) para situar o leitor e garantir maior precisão ao texto. Nota-se também uma reorganização do primeiro parágrafo do texto, deixando-o mais conciso (alteração 3).

Com a alteração 4, o revisor conferiu coesão sequencial ao texto com o acréscimo da conjunção *e* e manteve o paralelismo estrutural do parágrafo. Nas alterações 5 e 6, substituiu-se a ordem indireta pela ordem direta da frase e a escolha do verbo *acrescentou* (alteração 6) por parte do revisor garantiu a progressão textual. Antes da alteração 7, a informação do último parágrafo estava localizada no segundo parágrafo, mas houve um deslocamento dessa informação para o último parágrafo que não alterou o fluxo informacional da matéria já que o trecho cuja ordem foi alterada não era uma informação nova e constava na matéria apenas para relembrar ao leitor o contexto de elaboração do anteprojeto.

NOTÍCIA 5: VERSÃO ORIGINAL

Ana Amélia lamenta estrutura dos serviços aeroportuários do Brasil

Em discurso no Plenário nesta segunda-feira (2), a senadora Ana Amélia (PP-RS) lamentou a deficiência dos serviços aeroportuários no Brasil. A senadora disse que deveria estar na reunião do Mercosul, que está sendo realizada em Montevidéu, capital do Uruguai. O voo, que ainda levava cinco deputados e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi cancelado por conta de questões climáticas.

- Sobrevoamos a capital do Uruguai. Mas, por conta de um fortíssimo nevoeiro, o comandante resolveu voltar para o Brasil – disse a senadora, acrescentando que os passageiros apoiaram a decisão da tripulação.

Ana Amélia contou que a viagem partiu de Brasília, na noite de domingo (1º). Ela

disse que o aeroporto da capital tinha banheiros sujos e escadas rolantes paralisadas. A parlamentar gaúcha lembrou que, em pouco tempo, o aeroporto será administrado pela iniciativa privada, por conta do processo de concessão realizado pelo governo federal no último mês de fevereiro.

De acordo com a senadora, já em São Paulo, no aeroporto de Guarulhos, o voo teve atraso de uma hora, por conta de problemas do setor de imigração. Ela também criticou os serviços terceirizados, que deveriam ser temporários e se tornaram permanentes.

- O aumento de passageiros parece que não está sendo suficiente para motivar as autoridades a tomar atitudes para evitar as filas imensas nos aeroportos – disse a senadora.

Por conta do problema do nevoeiro em Montevideu, o voo retornou ao Brasil. Ana Amélia disse que a intenção era pegar um voo de Porto Alegre (RS) para o Uruguai. No entanto, a viagem não foi possível, por conta da falta de estrutura dos serviços de imigração no aeroporto gaúcho. A senadora ainda registrou que em São Paulo (SP), não foi exigido o carimbo de registro de entrada no país.

- Assim, meu passaporte está com o carimbo de saída, mas não tem o carimbo de entrada no país – disse a senadora.

Na visão de Ana Amélia, o que os parlamentares passaram não é diferente do que tem passado a maioria dos brasileiros, quando têm que viajar de avião. A senadora lembrou que o transporte aéreo tem crescido bastante no Brasil e os passageiros deveriam ter melhores condições nos aeroportos.

NOTÍCIA 5: VERSÃO REVISADA

Ana Amélia lamenta estrutura dos serviços aeroportuários no Brasil

Em discurso no Plenário nesta segunda-feira (2), a senadora Ana Amélia (PP-RS) lamentou a deficiência dos serviços aeroportuários no Brasil. ¹ A senadora relatou viagem que fez no fim de semana para ilustrar a situação do setor, informando que partiu de Brasília na noite de domingo (1º), em direção a Montevideu, no Uruguai, para participar de reunião do Mercosul. Segundo a senadora, o aeroporto de Brasília tinha banheiros sujos e escadas rolantes paralisadas.

De acordo com a senadora, já em São Paulo, no aeroporto de Guarulhos, o voo teve atraso de uma hora, por conta de problemas no setor de imigração. Ela também criticou os serviços terceirizados, que deveriam ser temporários e se tornaram permanentes.

- O aumento de passageiros parece que não está sendo suficiente para motivar as autoridades a tomar atitudes para evitar as filas imensas nos aeroportos – disse a senadora.

Ana Amélia acrescentou que o voo, em que estavam também cinco deputados e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), devido a um forte nevoeiro sobre Montevideu, que impediu o pouso, teve que retornar ao Brasil. A intenção, segundo a senadora, era tomar um voo em Porto Alegre (RS) para o Uruguai. No entanto, explicou, isso não foi possível, por conta da falta de estrutura dos serviços de imigração no aeroporto gaúcho.

A senadora ² acrescentou, ainda que, em São Paulo (SP), não foi exigido o carimbo de registro de entrada no país.

- Assim, meu passaporte está com o carimbo de saída, mas não tem o carimbo de entrada no país – disse a senadora.

Para Ana Amélia, o que os parlamentares passaram não é diferente do que tem passado a maioria dos brasileiros, quando têm que viajar de avião. A senadora ³ ressaltou que o transporte aéreo tem crescido bastante no Brasil, afirmando que os passageiros deveriam ter melhores condições nos aeroportos.

A notícia acima é um exemplo típico no qual pode-se afirmar que o revisor é também um co-autor do texto. Nesse caso, houve uma reorganização radical da ordem de apresentação das informações e o revisor ordenou o texto de acordo com o que considerou mais relevante. Pode-se dizer que, no caso em discussão, o texto foi também reescrito com mudanças que vão da alteração vocabular (alterações 2 e 3) até deslocamentos e cortes em praticamente todo o texto (alteração 1).

NOTÍCIA 6: VERSÃO ORIGINAL

Alvaro Dias comemora 24 anos do PSDB enumerando contribuições do partido ao país e destacando presidência de FHC

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comemorou nesta segunda-feira (25) o aniversário de 24 anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A legenda, destacou o parlamentar, foi fundamental para que o Brasil concretizasse estabilidade monetária, sustentabilidade financeira, responsabilidade fiscal e uma economia competitiva.

Conforme afirmou o senador, o Plano Real, o aumento do salário mínimo e a estabilidade econômica foram alguns dos feitos e legados do PSDB que ajudaram a mudar o país, acabando com os altos índices inflacionários e valorizando a renda dos trabalhadores.

- É mister destacar que tudo foi feito de forma transparente, sem congelamento de preços nem confisco de depósitos bancários nem qualquer outro ortodoxismo econômica. A população foi informada de cada passo trazendo pedagogia democrática ao país – registrou.

Alvaro Dias afirmou que foi no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso que o Brasil conseguiu “erradicar o monstro bravio da inflação”, graças à capacidade de gestão e articulação do então presidente da República e à “excelente equipe de auxiliares”.

- O intelectual, o sociólogo de projeção internacional abriu mão de trajetória segura e consagrada na academia para trilhar os tortuosos e insondáveis caminhos da política; reservou sem qualquer rastro de dúvida os seus melhores talentos ao povo brasileiro – elogiou.

O senador também lembrou outras contribuições significativas do PSDB e aliados ao país, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a modernização da Petrobras, das telecomunicações e das indústrias naval e aeronáutica e programas sociais como o Comunidade Solidária.

Alvaro Dias também não se esqueceu de ressaltar a importância dos movimentos de jovens e mulheres dentro do PSDB e congratulou-se com os diversos vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e militantes da legenda.

NOTÍCIA 6: VERSÃO REVISADA

¹ Alvaro Dias comemora os 24 anos do PSDB

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comemorou ², nesta segunda-feira (25), o aniversário de 24 anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A legenda, destacou o parlamentar, foi fundamental para que o Brasil concretizasse estabilidade monetária, sustentabilidade financeira, responsabilidade fiscal e uma economia competitiva.

³ Alvaro Dias afirmou que o Plano Real, o aumento do salário mínimo e a estabilidade econômica foram alguns dos feitos e legados do PSDB que ajudaram a mudar o país, acabando com os altos índices inflacionários e valorizando a renda dos trabalhadores.

- É mister destacar que tudo foi feito de forma transparente, sem congelamento de preços nem confisco de depósitos bancários nem qualquer outro ortodoxismo econômico. A população foi informada de cada passo, trazendo pedagogia democrática ao país ⁴ – assinalou.

Alvaro Dias ⁵ lembrou que foi no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso que o Brasil conseguiu “erradicar o monstro bravo da inflação”, graças à capacidade de gestão e articulação do então presidente da República e à “excelente equipe de auxiliares”.

- O intelectual, o sociólogo de projeção internacional abriu mão de trajetória segura e consagrada na academia para trilhar os tortuosos e insondáveis caminhos da política; reservou sem qualquer rastro de dúvida os seus melhores talentos ao povo brasileiro ⁶ – afirmou.

O senador também ⁷ enumerou outras contribuições significativas do PSDB e aliados ao país, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a modernização da Petrobras, das telecomunicações e das indústrias naval e aeronáutica e programas sociais como o Comunidade Solidária.

Alvaro Dias também ⁸ ressaltou a importância dos movimentos de jovens e mulheres dentro do PSDB e congratulou-se com vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e militantes ⁹ do partido.

A mudança da manchete da notícia (alteração 1) deixou-a mais provocativa, descrevendo menos o fato e convidando o leitor a ler o restante do texto. No primeiro parágrafo, o revisor apenas fez uma correção na pontuação da oração (alteração 2), já que o adjunto adverbial intercalado não estava entre vírgulas.

No segundo parágrafo, o revisor retira a oração subordinada e inicia a frase já com a sentença principal na ordem direta (alteração 3). O restante das

modificações refere-se ao vocabulário (substituição de verbos *dicendi* nas alterações de 4 a 7).

A troca de um verbo por outro pode conferir progressão textual e evitar repetição, mas, em alguns casos, como nas alterações 4, 5, 6 e 7 da notícia em estudo, parece não haver justificativa fundamentada para a escolha do profissional de revisão.

A modificação visualizada em 8 confere maior concisão ao texto ao substituir *não se esqueceu de ressaltar* por *ressaltou*. Na alteração de número 9, temos a substituição da palavra *legenda* pela palavra *partido*. Dessa vez, a alteração confere maior precisão à frase.

NOTÍCIA 7: VERSÃO ORIGINAL

Ana Amélia parabeniza ministros do STF pela entrega do parecer do mensalão

A senadora Ana Amélia (PP-RS) parabenizou em plenário, nesta terça-feira (26), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandovski, pela conclusão de seu parecer sobre o processo do mensalão.

Ana Amélia atribuiu também ao presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, o mérito pela entrega do parecer em tempo hábil. Na avaliação da senadora, Carlos Ayres Brito teve uma atitude exemplar e muito sintonizada com os anseios da sociedade brasileira, o que, em sua opinião, foi fundamental para evitar a procrastinação do julgamento ou o arquivamento do processo.

— É uma notícia muito positiva que o STF, em nosso país, esteja dando uma resposta que a sociedade estava aguardando — disse.

A divulgação do parecer deverá permitir que o julgamento dos 38 réus suspeitos de envolvimento no mensalão comece no dia 1º de agosto, após final do recesso do Judiciário.

Paraguai

No mesmo pronunciamento, a parlamentar voltou a defender a soberania do Paraguai na questão do impeachment do ex-presidente Fernando Lugo. Em sua avaliação, o Brasil não deveria de forma nenhuma forma interferir nas decisões internas de um país independente e democrático como o Paraguai, que tem um Congresso e todas as instituições funcionando.

— E não nos cabe também interferência indevida, nem — como disse o nosso líder Francisco Dornelles — que o Brasil tenha uma atitude, uma ação policialesca sobre o Paraguai. Seria um ato de indignidade e de inconstitucionalidade que feriria todos os princípios das boas relações diplomáticas — sustentou.

Ana Amélia solicitou ainda a inclusão nos Anais do Senado de editoriais

corroborando seu ponto de vista publicados nos jornais Folha de S. Paulo, o Globo e Correio Braziliense.

NOTÍCIA 7: VERSÃO REVISADA

¹ Ana Amélia parabeniza Lewandowsky e Ayres Brito pela entrega do parecer do mensalão

A senadora Ana Amélia (PP-RS) parabenizou em plenário, nesta terça-feira (26), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, pela conclusão de seu parecer sobre o processo do mensalão.

Ana Amélia atribuiu também ao presidente do STF, ministro Carlos Ayres Brito, o mérito pela entrega do parecer em tempo hábil. Na avaliação da senadora, Carlos Ayres Brito teve uma atitude exemplar e muito sintonizada com os anseios da sociedade brasileira, o que, em sua opinião, foi fundamental para evitar a procrastinação do julgamento ou o arquivamento do processo.

— É uma notícia muito positiva que o STF, em nosso país, esteja dando uma resposta que a sociedade estava aguardando – disse.

A divulgação do parecer deverá permitir que o julgamento dos 38 réus suspeitos de envolvimento no escândalo do mensalão comece no dia 1º de agosto, após final do recesso do Judiciário.

Paraguai

² Ana Amélia voltou a defender a soberania do Paraguai na questão do ³ *impeachment* do ex-presidente Fernando Lugo, ⁴ ocorrido na semana passada. Em sua avaliação, o Brasil não deveria de forma nenhuma forma interferir nas decisões internas de um país independente e democrático como o Paraguai, que tem um Congresso e todas as instituições funcionando.

— E não nos cabe também interferência indevida, nem, como disse o nosso líder Francisco Dornelles, que o Brasil tenha uma atitude, uma ação policalesca sobre o Paraguai. Seria um ato de indignidade e de inconstitucionalidade que feriria todos os princípios das boas relações diplomáticas – sustentou.

Ana Amélia solicitou ainda a inclusão nos Anais do Senado de editoriais corroborando seu ponto de vista publicados nos jornais ⁵ *Folha de S. Paulo, O Globo e Correio Braziliense*.

A alteração 1 opera uma mudança no título dessa matéria, priorizando o uso dos termos específicos *Lewandowsky* e *Ayres Brito* (hipônimos) ao invés do termo geral *ministros do STF* (hiperônimo), e evita que a informação fique vaga. Com essa mudança, assim que o leitor começa a ler o texto, já sabe quais foram os ministros parabenizados pela senadora Ana Amélia. Observa-se, porém, que os nomes dos ministros foram escritos de maneira incorreta pelo revisor. A grafia correta seria *Lewandowski* e *Ayres Britto*. No primeiro parágrafo, a grafia do nome

do ministro Lewandowski foi escrita corretamente pelo repórter, o que mostra uma desatenção do revisor ao deixar passar um nome escrito de duas maneiras diferentes no mesmo texto.

Logo após o intertítulo *Paraguai*, o profissional de revisão busca novamente maior especificidade ao substituir o substantivo comum *parlamentar* pelo substantivo próprio *Ana Amélia* (alteração 2). O revisor também acrescenta, com a alteração 4, a oração *ocorrido na semana passada* para situar temporalmente o leitor sobre quando ocorreu o *impeachment* do ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

A alteração de número 5 trata apenas de correção ortográfica, já que os nomes de jornais, assim como os de livros, devem vir escritos em itálico. Na terceira alteração, o revisor alterou a apresentação da palavra *impeachment*, ao colocá-la em itálico, seguindo a grafia que consta na página 861 da 5ª edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)* da Academia Brasileira de Letras.

NOTÍCIA 8: VERSÃO ORIGINAL

Cristovam Buarque faz apelo para que greve dos professores de universidades federais seja superada o mais rápido possível

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um apelo, nesta terça-feira (26), ao ministro da educação, Aloizio Mercadante, e às entidades que representam os professores, para que eles se reúnam com o coração aberto a fim de encontrarem saídas para superar a greve das universidades federais brasileiras. O senador explicou que a greve deixa uma perda na formação dos alunos e é como “se o trem que levasse para o futuro parasse e voltasse para trás”. Ele disse existir um impasse em que o governo e professores não dialogam suficiente para encontrar um caminho.

- O governo apenas dizer que não tem recursos não basta, mas também os professores dizerem que tem recursos não basta. É preciso um diálogo em cima dos números. É preciso um diálogo que veja como superar a tragédia – destacou.

O senador disse que precisa haver uma boa vontade dos dois lados: os ministros devem se colocar no lado dos professores para atender as reivindicações e os professores devem se colocar na cadeira dos ministros e entender que os governos, muitas vezes, enfrentam limitações de recursos.

Cristovam apelou também para que a ideia de greve todos os anos seja

considerada uma “coisa do passado”. Para ele, não há como as universidades públicas brasileiras continuarem tendo prestígio convivendo com greves todos os anos. Ele lembrou projeto de lei, de sua autoria, que tenta encontrar um caminho para que antes de haver greve de professores se tenha um instrumento confiável de negociação.

Cristovam explicou que a proposta reconhece a importância da presença de professores em sala de aula e propõe que a greve desses profissionais não seja decretada de maneira simplista, como uma primeira forma de lutar.

- Existem outras formas de lutas e eu defendo até que sejam mais duras, mas não sacrifiquem as aulas. Além disso, a minha proposta, nesse projeto de lei que foi suspenso, é de que se criaria no Brasil uma espécie de Câmara de debate entre governo e professores. Toda vez que os professores tivessem reivindicações, antes mesmo de levar ao governo, levavam a essa Câmara - explicou.

NOTÍCIA 8: VERSÃO REVISADA

¹ Cristovam faz apelo a entendimento pelo fim da greve dos professores de universidades federais

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um apelo, nesta terça-feira (26), ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e às entidades que representam os professores, para que se reúnam ² “com o coração aberto” a fim de encontrarem saídas para superar a greve das ³ universidades federais. O senador ⁴ disse que a greve deixa uma perda na formação dos alunos e é como “se o trem que levasse para o futuro parasse e voltasse para trás”. ⁵ Para ele, existe um impasse em que governo e professores não dialogam o suficiente para encontrar um caminho.

- O governo apenas dizer que não tem recursos não basta, ⁶ mas também não basta os professores dizerem que o governo os tem. É preciso um diálogo em cima dos números. É preciso um diálogo que veja como superar a tragédia – afirmou.

Cristovam Buarque disse que precisa haver boa vontade dos dois lados: os ministros devem se colocar no lado dos professores para atender as reivindicações e os professores devem se colocar na cadeira dos ministros e entender que os governos, muitas vezes, enfrentam limitações de recursos.

O senador ⁷ pediu também que a ideia de greve todos os anos seja considerada uma “coisa do passado”. Para ele, não há como as universidades públicas continuarem tendo prestígio enfrentando greves todos os anos. Ele lembrou projeto de lei de sua autoria ⁸ de acordo com o qual antes de deflagrada uma greve de professores seria necessário estabelecer “um instrumento confiável de negociação”.

Cristovam explicou que a proposta reconhece a importância da presença de professores em sala de aula e propõe que a greve desses profissionais não seja decretada “de maneira simplista”, como uma primeira forma de lutar.

- Existem outras formas de lutas e eu defendo até que sejam mais duras, mas não sacrifiquem as aulas. Além disso, a minha proposta, nesse projeto de lei que foi suspenso, é de que se criaria no Brasil uma espécie de ⁹ câmara de debate entre governo e professores. Toda vez que os professores tivessem reivindicações, antes mesmo de levar ao governo, levariam a essa ⁹ câmara - explicou.

Tanto no título como no primeiro parágrafo houve um corte de palavras consideradas irrelevantes para a informatividade do texto. A expressão *o mais rápido possível*, presente no título, pôde ser dispensada sem nenhum prejuízo, assim como o adjetivo *brasileiras*, referente às universidades federais. Pelo contexto da matéria, já fica subentendido que se trata de universidades federais brasileiras. As aspas acrescentadas à expressão *com o coração aberto* (alteração 2) podem ser entendidas de duas formas: a) elas foram usadas para mudar uma conotação esperada, já que uma reunião para tratar de greve costuma ser algo tenso ou b) elas foram empregadas para mostrar que aquela era uma expressão usada pelo senador Cristovam Buarque.

Nas alterações 4 e 7, podemos verificar, novamente, mudanças dos verbos *dicendi*, na busca de maior neutralidade da fala do senador. Já na alteração de número 5, o revisor usa a estrutura *Para ele, existe (...)*, tentando evitar a repetição do verbo *disse*. As alterações finais (a de número 9 e a de número 10) são indispensáveis já que são alterações ortográficas que visam a uma adequação da palavra *câmara* que, escrita com letra maiúscula, passa a ideia falsa de Câmara dos Deputados ou alguma outra câmara específica.

NOTÍCIA 9: VERSÃO ORIGINAL

Paulo Bauer: questão do Paraguai deve ser resolvida pelos paraguaios

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC), em pronunciamento nesta terça-feira (26), contestou as críticas ao *impeachment* no Paraguai, opinando que o processo que levou ao afastamento do presidente Fernando Lugo já está consolidado e seguiu as regras daquele país, e condenou a interferência externa nos assuntos paraguaios:

- Sem dúvida nenhuma é a Constituição do Paraguai e, como tal, serve aos paraguaios. Não cabe ao Brasil o direito de questionar a legislação paraguaia – afirmou.

O parlamentar lembrou a situação de “fragilidade democrática” ainda vivida pelo Paraguai e as acusações de “golpe processual” ao procedimento de *impeachment* que, segundo os críticos, teria limitado o direito de defesa de Fernando Lugo.

Conforme a avaliação de Bauer, os parlamentares paraguaios decidiram pelo *impeachment* ouvindo a “voz da sociedade” de seu país, e o povo do Paraguai não estava bem comandado por Lugo:

-- Por mais que possa se querer encontrar justificativas para algum equívoco na decisão tomada pelo Congresso daquele país, na verdade, é preciso observar que muitos foram os equívocos na gestão daquele presidente. Mais de vinte vezes o Congresso daquele país tentou implantar processos de análise através de *impeachment* para o afastamento do presidente.

Bauer ressaltou a questão dos conflitos de terra no Paraguai, nos quais militantes armados têm levado preocupação a produtores rurais, muitos deles brasileiros, sem que o governo local imponha sua autoridade. O senador ressaltou os vínculos econômicos entre Brasil e Paraguai, principalmente na usina de Itaipu e na agropecuária, e o Brasil deve usar a competência de sua diplomacia para manter a boa relação com aquele país:

- O Paraguai é como o nosso irmão, o irmão mais novo, o irmão que precisa de assistência, o irmão que precisa de apoio, o irmão que nos atende e nos ajuda também.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, avaliou positivamente a precaução do governo brasileiro, que tem analisado com cuidado a situação paraguaia.

NOTÍCIA 9: VERSÃO REVISADA

Paulo Bauer: questão do Paraguai deve ser resolvida pelos paraguaios

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ¹ contestou, em pronunciamento nesta terça-feira (26), as críticas ao ² impeachment ³ do ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, destituído na semana passada depois de votação no Senado paraguaio. Paulo Bauer opinou que o processo que levou ao afastamento ⁴ de Lugo já está consolidado e seguiu as regras daquele país. ⁵ O senador condenou a interferência externa nos assuntos paraguaios.

- Sem dúvida nenhuma é a Constituição do Paraguai e, como tal, serve aos paraguaios. Não cabe ao Brasil o direito de questionar a legislação paraguaia – afirmou.

O parlamentar lembrou a situação de “fragilidade democrática” ainda vivida pelo Paraguai e as acusações de “golpe processual” ao procedimento de impeachment que, segundo os críticos, teria limitado o direito de defesa de Fernando Lugo. Conforme a avaliação de Bauer, os parlamentares paraguaios decidiram pelo ⁵ impeachment ouvindo a “voz da sociedade” de seu país, e o povo do Paraguai não estava bem comandado por Lugo.

- Por mais que possa se querer encontrar justificativas para algum equívoco na decisão tomada pelo Congresso daquele país, na verdade, é preciso observar que muitos foram os equívocos na gestão daquele presidente. Mais de vinte vezes o Congresso paraguaio tentou implantar processos de análise através de ⁵ impeachment para o afastamento do presidente.

Bauer ressaltou a questão dos conflitos de terra no Paraguai, nos quais militantes armados têm levado preocupação a produtores rurais, muitos deles brasileiros, sem que o governo local imponha sua autoridade. O senador ressaltou os vínculos econômicos entre Brasil e Paraguai, principalmente na usina de Itaipu e na agropecuária, e o Brasil deve usar a competência de sua diplomacia para manter a boa relação com aquele país:

- O Paraguai é como o nosso irmão, o irmão mais novo, o irmão que precisa de assistência, o irmão que precisa de apoio, o irmão que nos atende e nos ajuda também.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, avaliou positivamente a precaução do governo brasileiro, que tem analisado com cuidado a situação paraguaia.

No primeiro parágrafo, o revisor altera a ordem entre o verbo e o adjunto adverbial (alteração 1), além de acrescentar a informação de que o *impeachment* ao qual o texto se refere é o do ex-presidente do Paraguai, Fernando Lugo, e ao situar para o leitor quando o fato ocorreu (alteração 3). Ainda no mesmo parágrafo (alteração 5), o revisor divide a frase para torná-la menos cansativa e recupera o sujeito via expressão nominal definida (*o senador*).

É importante observar também que, nessa notícia, o profissional de revisão fez o oposto do que fez na matéria 7, na qual colocou itálico na palavra *impeachment*. Aqui a palavra estava escrita em itálico e, no momento da revisão, teve o itálico retirado (alterações em 2). Não podemos afirmar que a revisão da matéria 7 e a da matéria 9 tenham sido feitas pela mesma pessoa, já que a Agência Senado possui uma equipe de revisão. O ideal quando se trata de revisão feita por um grupo de profissionais é a adoção de critérios para a uniformização de procedimentos, por exemplo, a adoção de um manual de redação.

NOTÍCIA 10: VERSÃO ORIGINAL

Paim diz que população está envelhecendo e que direitos dos idosos interessam a milhões de brasileiros

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou, nesta segunda-feira (25), que a defesa dos direitos dos idosos é do interesse de milhões de brasileiros. De acordo com o senador, houve um envelhecimento da sociedade nas últimas décadas e segundo previsão da Organização Mundial de Saúde (OMS), até o ano de 2025, o Brasil será o país com a sexta maior população de pessoas idosas no mundo. Paim acredita que esta nova realidade exige uma constante readequação das políticas públicas voltadas à defesa dos direitos dos idosos.

- Precisamos oferecer aos idosos adequado tratamento preventivo e médico-hospitalar, com a crescente formação de geriatras – que cuidam da saúde do idoso – e

de gerontólogos, que estudam o próprio fenômeno biológico do envelhecimento – destacou.

Paim afirmou que o Estado e a sociedade têm o dever de amparar as pessoas idosas e destacou a importância do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). O senador explicou que o órgão integra a Secretaria de Direitos Humanos da República e tem como incumbência zelar pela aplicação da política nacional de atendimento ao idoso, dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos do Idoso e apoiar a promoção de campanhas educativas sobre esses direitos.

- Acredito que nós haveremos de construir um País em que o respeito, a consideração, a paciência, o zelo e a gentileza a cada brasileiro mais vivido sejam garantidos não apenas pelo Estado, mas por todos os membros da sociedade. Nunca esqueça de que a forma como você trata o idoso é a forma que você será tratado quando envelhecer. Não tenha nenhuma dúvida. – destacou.

Comercialização e endividamento no cultivo de arroz

Paulo Paim destacou reunião do Secretário Nacional de Política Agrícola, Caio Tibério da Rocha realizada, na última semana, com técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com representantes da Bancada Gaúcha e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) para debater a comercialização do arroz e endividamento do setor.

Quanto ao endividamento, Paim explicou que a Federarroz sugeriu uma articulação com o Conselho Monetário Nacional (CMN) para adiar os vencimentos de todos os financiamentos agrícolas vencidos em 2012 para o mês de outubro e suspender para o mesmo mês as cobranças, execuções judiciais e inscrição dos produtores em órgãos restritivos de crédito, como o Serasa e o SPC.

- Segundo especialistas, o endividamento do setor alcança R\$ 3 bilhões, e é ocasionado por perdas de preços e de produção, seja por fatores climáticos ou econômicos – destacou.

Em relação à comercialização, Paim disse que foi anunciado, na reunião, que 300 mil toneladas de arroz constantes dos estoques públicos, em breve, serão direcionadas para atender os municípios do sertão do Nordeste que enfrentam uma das piores secas das últimas décadas.

IPI bicicletas

O senador defendeu a isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) em bicicletas. Ele disse que tramitam em conjunto, há três anos, dois projetos nesse sentido, o PLS 488/09 e o PLS 166/09. Paim explicou que a isenção tributária já é concedida pelo governo às montadoras de automóveis e que a medida deveria se estender também para as bicicletas.

- Se a medida vale para os automóveis, tem que valer também para as bicicletas. Não poluem, fazem bem à saúde, desafogam o trânsito. Quem ganha é o Planeta, é o meio ambiente, são as pessoas – destacou.

NOTÍCIA 10: VERSÃO REVISADA

Paim ¹ lembra que população está envelhecendo e chama atenção para direitos dos idosos

O senador Paulo Paim (PT-RS) ² afirmou, nesta segunda-feira (25), que a defesa dos direitos dos idosos é do interesse de milhões de brasileiros. ³ Ele lembrou que houve um envelhecimento da sociedade nas últimas décadas e que, segundo previsão da Organização Mundial de Saúde (OMS), até o ano de 2025 o Brasil será o país com a sexta maior população de pessoas idosas no mundo. Paim acredita que esta nova realidade exige uma constante readequação das políticas públicas voltadas à defesa

dos direitos dos idosos.

- Precisamos oferecer aos idosos adequado tratamento preventivo e médico-hospitalar, com a crescente formação de geriatras – que cuidam da saúde do idoso – e de gerontólogos, que estudam o próprio fenômeno biológico do envelhecimento ⁴ – disse.

Paim afirmou que o Estado e a sociedade têm o dever de amparar as pessoas idosas e ⁵ ressaltou a importância do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. ⁶ O órgão integra a Secretaria de Direitos Humanos da República e tem como incumbência zelar pela aplicação da política nacional de atendimento ao idoso, dar apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos do Idoso e apoiar a promoção de campanhas educativas sobre esses direitos.

- Acredito que nós haveremos de construir um país em que o respeito, a consideração, a paciência, o zelo e a gentileza a cada brasileiro mais vivido sejam garantidos não apenas pelo Estado, mas por todos os membros da sociedade – ⁷ afirmou.

⁸ Cultivo do arroz

Paulo Paim ⁹ registrou reunião do Secretário Nacional de Política Agrícola, Caio Tibério da Rocha, ¹⁰ na semana passada, com técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com representantes da bancada gaúcha e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) para debater a comercialização do arroz e endividamento do setor.

Quanto ao endividamento, ¹¹ explicou Paim, a Federarroz sugeriu uma articulação com o Conselho Monetário Nacional (CMN) para adiar os vencimentos de todos os financiamentos agrícolas vencidos em 2012 para o mês de outubro e suspender para o mesmo mês as cobranças, execuções judiciais e inscrição dos produtores em órgãos restritivos de crédito, como o Serasa e o SPC.

- Segundo especialistas, o endividamento do setor alcança R\$ 3 bilhões, e é ocasionado por perdas de preços e de produção, seja por fatores climáticos ou econômicos ¹² – explicou.

Em relação à comercialização, Paim disse que foi anunciado, na reunião, que 300 mil toneladas de arroz constantes dos estoques públicos em breve serão direcionadas para atender os municípios do sertão do Nordeste que enfrentam uma das piores secas das últimas décadas.

IPI bicicletas

O senador defendeu a isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) ¹³ para bicicletas. Ele lembrou que tramitam em conjunto, há três anos, dois projetos com esse objetivo, o ¹⁴ PLS 488/2009 e o PLS 166/2009. Paim explicou que a isenção tributária já é concedida pelo governo às montadoras de automóveis e que a medida deveria se estender também para as bicicletas.

- Se a medida vale para os automóveis, tem que valer também para as bicicletas. Não poluem, fazem bem à saúde, desafogam o trânsito. Quem ganha é o ¹⁵ planeta, é o meio ambiente, são as pessoas – ¹⁶ afirmou.

Com a alteração 1, há modificação no título da notícia, que deixa mais clara a cadeia de relações entre o fato de a população estar envelhecendo e a importância dos direitos dos idosos. A substituição do verbo *diz* para o verbo *lembra*

confere menos neutralidade para o discurso do senador e parece alertar mais o interlocutor sobre a situação. A maioria das mudanças verificadas nessa matéria tem a ver com a substituição de verbos *dicendi* (alterações 2, 4, 5, 7, 9, 12 e 16). No quarto parágrafo, além da mudança do verbo *destacou* para *afirmou*, o revisor exclui parte da fala do senador que julga desnecessária à matéria.

Logo em seguida, há uma alteração do entretítulo *Comercialização e endividamento no cultivo do arroz* para *Cultivo do arroz* (alteração 8). Essa modificação deixa o título – até então muito descritivo e pouco chamativo – mais provocativo ao leitor.

Na alteração 16, a última da notícia, há uma correção ortográfica, já que não há justificativa para a palavra *planeta* ser grafada com letra maiúscula. As alterações de número 10 e 11 referem-se somente à preferência do revisor, já que não há justificativa gramatical para mudar a expressão *a última semana* por *na semana passada* ou para alterar a ordem *Paim explicou* para *explicou Paim*.

O Quadro abaixo resume as principais alterações encontradas no corpus aqui analisado:

Quadro 6: Alterações encontradas nos dados**PRINCIPAIS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROCESSO DE REVISÃO**

- 1) Alteração vocabular (principalmente dos verbos *dicendi*)
- 2) Corte (síntese da matéria ou do título)
- 3) Acréscimo de informações
- 4) Pontuação
- 5) Correção ortográfica
- 6) Substituição de substantivos comuns para substantivos próprios
- 7) Busca pela ordem direta da frase
- 8) Mudança de estilo (vírgulas no lugar de travessões, travessões para substituir parênteses).
- 9) Mudança na estrutura do parágrafo.
- 10) Alteração da ordem dos parágrafos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A modificação mais recorrentemente encontrada na análise das notícias foi, sem dúvida, a substituição de verbos *dicendi*. Essas mudanças contribuíram para a progressão textual, em alguns casos, mas, em outros, foram alterações que romperam a regra da mínima interferência proposta por Athayde (2011) e segundo a qual cada mudança deve ter a sua necessidade demonstrada.

A segunda alteração mais ocorrida envolveu os títulos. Nesses casos, o revisor buscou sempre deixar a manchete mais enxuta, menos descritiva e, conseqüentemente, mais provocativa. Segundo Goldstein, Louzada e Ivamoto (2009) os títulos de uma notícia ou de uma reportagem são provocativos quando atacam a curiosidade do leitor, levando-o a ler a notícia ou a reportagem até o final. Além disso, o trabalho do revisor em relação aos títulos das notícias aqui analisadas melhorou esses títulos, deixando-os mais adequados, consoante com a proposta de Ward (2006), apresentada no capítulo 2, que recomenda manchetes simples que não exagerem na quantidade de informações.

No geral, o trabalho do revisor foi pertinente e melhorou o texto sem prejudicar a informatividade. A matéria 5 foi a que teve uma interferência mais radical do revisor, uma vez que ele alterou toda a ordem de apresentação das informações de acordo com o que considerou mais relevante. Em casos como esses, o ideal é que haja um diálogo mais próximo entre autor e revisor de maneira que este explique àquele o porquê das alterações propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui empreendido permitiu compreender que existe um alto grau de interferência do revisor de textos nas matérias jornalísticas analisadas. As modificações não ficaram restritas a aspectos morfológicos e sintáticos, mas englobaram também aspectos semânticos do texto. Apesar de terem sido feitas várias alterações nas matérias originais que ocasionaram mudança de significado na versão publicada, foi possível constatar que houve preservação da informatividade das notícias.

A análise demonstrou a importância do trabalho do revisor, já que os textos revisados, em geral, ficaram mais claros, concisos e coesos e as manchetes alteradas tornaram-se mais provocativas e atraentes ao leitor. O trabalho do revisor também é de fundamental importância para o aprimoramento das habilidades de escrita do autor, já que esse trabalho pode colaborar para que o autor melhore sua produção escrita, evitando erros e incoerências já apontados e corrigidos em revisões anteriores.

A presente monografia constatou ainda que o profissional de revisão, assim como qualquer ser humano, não é perfeito e está sujeito a deixar passar alguns erros (por desatenção, pressa ou até por falta de conhecimento), por isso, quanto mais vezes um texto é revisado, a sua qualidade será maximizada e a possibilidade de passarem equívocos será altamente reduzida. A esse respeito, Athayde (2011) defende que o ideal seria que cada texto tivesse pelo menos três revisores para ter uma ótima qualidade.

Ficou demonstrado também que o revisor pode fazer alterações radicais em um texto, configurando o processo denominado reescritura. Nesses casos, o ideal é que haja um diálogo mais próximo entre revisor e autor para que os motivos das alterações sejam explicados pelo profissional de revisão.

Fazer com que o autor confie no trabalho de um revisor nem sempre é uma tarefa fácil, pois esse profissional sempre corre o risco de que as modificações que ele propõe para os textos não agradem os autores desses textos nem sejam por eles consideradas.

As conclusões a que esta pesquisa chegou não podem ser aplicadas a todo o campo de profissionais da área de revisão de texto, embora acreditemos que o alto grau de interferência dos revisores, que chegam a alterar até mesmo aspectos semânticos do produto revisado, seja uma tendência na prática de grande parte desses profissionais do texto escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário ortográfico da língua portuguesa**. 5ª ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

ATHAYDE, Públio. **Revisão de textos: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora Keimelion, 2011.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel (orgs.). Revisão técnica de Ana Regina Vieira et al. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. Brasília: Editora SENAC DF, 2008.

COSTA, Roger Vinícius da Silva; RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio; PENA, Daniela Paula Alves. “Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições”. **Revista Philologus**, n.51, p.53-74, 2011.

D'ANDRÉA, Carlos; RIBEIRO, Ana Elisa. “Retextualizar e reescrever, editar e revisar: reflexões sobre a produção de textos e as redes de produção editorial”. **Veredas**, n.1, p.64-74, 2010.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. “Estudo de caso”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009. p. 215-235.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. **O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade**. São Paulo: Editora Ática, 2009.

JESUS, Conceição Aparecida de. “Reescrevendo o texto: a higienização da escrita”. In: GERALDI, João Wanderley; CITELLI, Beatriz (coord.). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. Volume 1. São Paulo: Cortez, 1997. p. 99-117.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENEGOLO, Elizabeth Dias da Costa; MENEGOLO, Leandro Wallace. “O significado da reescrita de textos na escola: a (re) construção do sujeito-autor”. **Ciências e Cognição**, vol.4, p.73-79. Disponível em: www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/512/28. Acesso em 11 out. 2012.

PERNISA, Carlos, Jr; ALVES, Wedencley. **Comunicação digital: narrativas, jornalismo e estéticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

PINHO, J.B. **Jornalismo na internet**: planejamento e produção da informação online. São Paulo: Summus, 2003.

VIANA, CHICO. “Reescrever e sobreviver: como refazer os próprios textos, para além da correção gramatical, pode nos ajudar a desenvolver as possibilidades da língua e a aguçar nosso senso crítico”. **Língua Portuguesa**, v.7, n. 76, p.44-49, fev.2012.

WARD, Mike. **Jornalismo online**. São Paulo: Roca, 2006.